

Propor alternativas

Nesta aula, vamos verificar que o saber da Geografia e a prática de trabalho do geógrafo podem fornecer subsídios para a tomada de decisões na busca do **desenvolvimento sustentável**.

Vamos compreender que, a longa tradição de ensino e pesquisa sobre as relações entre sociedade e natureza confere ao conhecimento geográfico um papel importante no planejamento do futuro, por intermédio da **gestão democrática do território**.

O que é o desenvolvimento sustentável? Como podemos contribuir para que a sustentabilidade seja um critério básico para a tomada de decisão quanto a um futuro em que seremos capazes de legar um ambiente sadio aos nossos filhos; em que nossos descendentes tenham a garantia de sustento e abrigo para suas famílias e a possibilidade de escolher livremente os caminhos a serem trilhados?

O saber da Geografia e a prática dos geógrafos no constante decifrar do espaço geográfico nos mostrou que existe conhecimento disponível para interrompermos a trajetória que leva ao esgotamento dos recursos ecológicos e à contaminação do ambiente em que vivemos.

A Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, realizada no Rio de Janeiro em 1992 – a chamada Rio-92 – tornou-se um marco importante na tomada de consciência de que ainda somos capazes de decidir o que queremos no futuro.

O **desenvolvimento sustentável** está vinculado, em sua forma e conteúdo, a uma base ambiental e ao processo eficiente de aproveitamento dos recursos ecológicos. Ambiente e economia podem, e devem, ser mutuamente reforçados para o verdadeiro desenvolvimento social.

Um ponto de partida para a discussão sobre o planejamento integrado entre ambiente e economia está na consideração de que o desenvolvimento possui quatro dimensões fundamentais, a saber:

- a **dimensão ambiental ou ecológica**, que inclui todos os bens naturais, inclusive aqueles considerados livres e abundantes, como o ar e a água, cujo comprometimento das reservas mundiais pela poluição industrial e urbana começa a atingir níveis alarmantes;



- a **dimensão da produção material**, que inclui todos os componentes da infra-estrutura física e os equipamentos que formam a estrutura produtiva;
- a **dimensão do desenvolvimento humano**, composta pelas pessoas que vivem e trabalham em uma determinada porção do espaço geográfico, também incluindo-se aqui sua capacitação e sua habilidade de utilizar e adaptar tecnologias no proveito das comunidades locais;
- a **dimensão institucional**, que pressupõe toda a estrutura institucional, legal e organizacional da sociedade, em todos os seus níveis, assim como as possíveis combinações entre o setor público e o setor privado.

O padrão anterior de desenvolvimento havia fixado sua atenção predominantemente sobre a segunda dessas quatro dimensões. A acumulação física de capital produtivo era identificada exclusivamente com os mecanismos do crescimento. Depois disso, deu-se uma atenção cada vez maior à dimensão do desenvolvimento humano, e as discussões correntes entre os planejadores chamam cada vez mais a atenção para a necessidade de introduzir o conhecimento como uma variável importante do desenvolvimento econômico e social.

A dimensão ambiental ou ecológica está sendo vista como uma variável crítica para se obter o desenvolvimento sustentável ou durável, seja pela valorização crescente do **capital natural**, isto é, as condições ambientais, seja por seu papel na ampliação da capacidade produtiva, considerando o desenvolvimento de tecnologias adequadas, com um dano mínimo aos ecossistemas naturais.

Igualmente, a dimensão institucional está sendo cada vez mais reconhecida como uma categoria que merece ser considerada separadamente. No entanto, as relações entre as diferentes instâncias de governo são muito difíceis de conceitualizar e medir.

Por isso, os aspectos institucionais foram descuidados nas análises clássicas do crescimento. Mas, hoje, a dimensão institucional vem sendo cada vez mais reconhecida como um fator determinante na promoção do desenvolvimento sustentável.

Em síntese, uma proposta que tenha a **sustentabilidade** como meta deve enfocar e integrar as dimensões ambiental, econômica, social e institucional no planejamento, em todas suas etapas, desde o diagnóstico, passando pela programação, até a implementação e o monitoramento, e a avaliação dos planos e programas de desenvolvimento.

A lógica que orienta a articulação desses critérios está na avaliação da base ambiental, incluindo-se aqui a utilização sustentável dos recursos naturais, isto é, no uso correto dos recursos naturais como fundamento para a elevação do desenvolvimento humano. Isso se reflete na melhoria dos níveis de **qualidade de vida** da população, tendo como instrumento principal o aumento da eficiência da estrutura produtiva, com a introdução de **tecnologias limpas** e adequadas às condições ambientais. Mas tudo isso só será obtido com a consolidação da **democracia participativa**, nas diversas esferas de intervenção do Estado, por meio da efetiva participação da sociedade local na administração ou **gestão do território**.

Os conflitos pela posse da terra no Brasil atual podem ser vistos como um problema de gestão do território, pois o acesso à terra representa, de fato, o acesso ao abrigo e ao sustento. Assim, deve-se compreender que a questão da reforma agrária e dos sem-terra, não é apenas um ajuste de contas em relação ao passado, mas também a busca de alternativas para a construção de um futuro melhor.

BARRIS DE PÓLVORA

O Jornal do Brasil, de 19 de abril de 1996, mostra esquema em que diz: "Segundo o Movimento dos Sem-Terra (MTS), 37 mil sem-terra dividem-se em 168 acampamentos em todos os estados brasileiros. O risco de conflitos cresce nos maiores acampamentos."

Açailândia (MA)

600 famílias na fazenda Califórnia, de 5.400 hectares

Água Preta (PE)

São 26 os acampamentos pernambucanos. A situação mais complicada é a das fazendas Souza e Catende, em Água Preta, com 1.200 famílias que estariam ameaçadas por pistoleiros.

Pedras de Fogo (PB)

Em toda a Paraíba, há menos de 200 famílias em dois acampamentos. A tensão é constante na região, com trabalhadores ameaçados de morte por fazendeiros de cana-de-açúcar. As ocupações datam de 1994.

Canindé (SE)

2.800 sem-terra ocupam um alojamento da usina hidrelétrica de Xingó. Um lavrador foi morto.

Prado (BA)

1.500 famílias vivem num acampamento na fazenda Rosa do Prado, desde junho de 1995.

Britis (MG)

700 famílias, acampadas desde setembro de 1996 na fazenda Barriguda, foram a Brasília para pressionar o governo.

Rio Bonito do Iguaçu (PR)

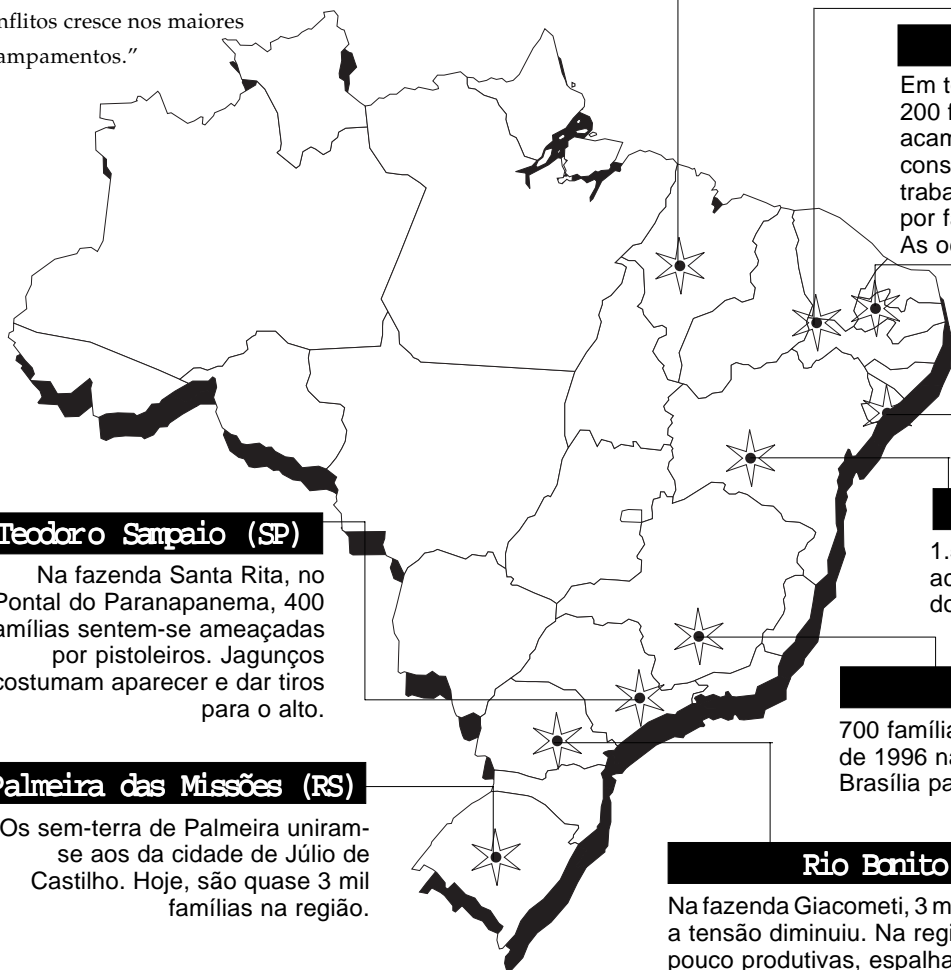
Na fazenda Giacometi, 3 mil famílias estão acampadas. Mas a tensão diminuiu. Na região, há 83 mil hectares de terras pouco produtivas, espalhadas por quatro municípios.

Teodoro Sampaio (SP)

Na fazenda Santa Rita, no Pontal do Paranapanema, 400 famílias sentem-se ameaçadas por pistoleiros. Jagunços costumam aparecer e dar tiros para o alto.

Palmeira das Missões (RS)

Os sem-terra de Palmeira uniram-se aos da cidade de Júlio de Castilho. Hoje, são quase 3 mil famílias na região.



O instrumental para promover o desenvolvimento sustentável não é apenas técnico-científico, pela simples razão de que o território está repleto de interesses políticos e econômicos no que diz respeito ao seu uso e a sua apropriação. Cabe ao conhecimento geográfico mostrar como se manifestam esses interesses para que a democracia seja um componente de seu planejamento. Isso significa que, para a efetiva sustentabilidade do desenvolvimento, a ideologia de impor uma ordem superior ao território deve ser substituída por uma gestão democrática e participativa.

O desenvolvimento sustentável ainda é uma proposta, embora seja algo mais que uma utopia. Estão equivocados aqueles que acreditam que se trata apenas de uma postura ambientalista. A sustentabilidade pressupõe o combate à pobreza, a apropriação de novas tecnologias e o fortalecimento da democracia.

O reconhecimento das diversidades – biológicas, culturais e tecnológicas – é um bom princípio para romper com a herança homogeneizadora do autoritarismo e para estimular novas formas de gestão democrática do território, que ampliem a participação e o compromisso dos brasileiros com a construção de seu futuro.



Nesta aula, você aprendeu que:

- o **desenvolvimento sustentável** está vinculado, em sua forma e conteúdo, a uma base ambiental e ao processo eficiente de aproveitamento dos recursos ecológicos;
- um ponto de partida para a discussão sobre o planejamento integrado entre ambiente e economia está em reconhecer as quatro dimensões fundamentais do desenvolvimento: a **ambiental**, a **produtiva**, a **humana** e a **institucional**;
- a **gestão do território** contribui para promover o desenvolvimento sustentável, já que para a efetiva **sustentabilidade** do desenvolvimento é necessária uma gestão democrática e participativa no uso e na apropriação do território.



Exercício 1

A Declaração do Rio, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente – a Rio-92 –, é um conjunto de direitos e deveres para orientar a ação dos países, das organizações e das pessoas, no que diz respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Apesar disso, o quadro real tem-nos mostrado uma série de problemas que continuam preocupando a todos. Dentro dessa perspectiva, assinale as proposições corretas, que apontam para esses problemas:

- a) () o “buraco” na camada de ozônio;
- b) () o desmatamento indiscriminado de florestas tropicais no Sudeste Asiático e no Brasil;
- c) () a extinção de espécies animais, o lixo e os acidentes nucleares;
- d) () o crescimento acelerado da população mundial, comum apenas em países desenvolvidos.

Exercício 2

Os problemas ambientais que ameaçam o equilíbrio ecológico do planeta resultam, fundamentalmente, do modelo de desenvolvimento concebido a partir da Revolução Industrial, hoje dominante em todo o mundo. Explique qual é a diferença que apresenta o desenvolvimento sustentável em relação a esse modelo.

Exercício 3

O desenvolvimento possui quatro dimensões fundamentais: ambiental, produtiva, humana e institucional. Explique por que a dimensão ambiental inclui questões que, hoje, são vistas sob uma perspectiva global.

Exercício 4

Como se podem integrar as quatro dimensões de desenvolvimento sustentável na gestão do território?